

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no SCS Quadra 06, Bloco A, 2º Andar – Sede da SEGETH, Brasília - DF, ocorreu a 25ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: **1 – Ordem do dia:** **a)** Aprovação das Atas 28ª RE e 29ª RE. **b)** Apresentação sobre Estudos de Integridade de Ecossistemas Aquáticos Professor – Mauro Lambert Ribeiro/IBGE. **c)** Manifestação da Câmara Técnica sobre metas do PROGESTÃO e Aplicação dos Recursos/Presidente da CTPA. **d)** Apresentação do Relatório SEMA – Recomendações do CRH/DF e MPDFT. **2. Informes.** Fizeram-se presentes o Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, em exercício, Sr. CARCIUS AZEVEDO SANTOS, que presidiu a reunião e os seguintes Conselheiros (as): EDNA AIRES (SEGETH); JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO (SINESP); ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA); MARIA DO CARMO MAGALHÃES CÉZAR (CAESB); CLÁUDIO CARVAHO GUEDES (CEB); ANA PAULA D. DE C. MACHADO (FIBRA); TEREZINHA LIMA (UNICA-DF); ROGER BENAC (FECOMERCIO); MARCOS H. FERNANDES MONTENEGRO (ABES); MÔNICA VERÍSSIMO (Fórum ONGs); FLÁVIA RIBEIRO DA LUZ GUIMARÃES (Fórum ONGs). Os demais Conselheiros (as) não justificaram suas ausências. O **Presidente** deu por aberta a 25ª Reunião Ordinária do CRH-DF. Solicitou inversão de pauta e informou que a Conferência Distrital do Meio Ambiente será realizada na EAPI, na 907 Sul, dias 25 e 26. Lembrou que, por decisão da Comissão Distrital organizadora da Conferência – COD, os membros do CRH e CONAM são delegados natos. Informou que será enviado o documento que será trabalhado na conferência, já sistematizado com as contribuições das seis pré-conferências. Sobre o **Item 1a** da pauta o presidente informou que as atas não foram enviadas aos conselheiros, razão pela qual o item será retirado de pauta. O Presidente seguiu com o **Item 1b** da pauta e convidou o senhor Mauro Lambert/IBGE para proceder à apresentação. O apresentador cumprimentou a todos e deu início à apresentação sobre a “Gestão Sustentável do Lago Paranoá – Brasília – DF” lembrando a importância de o Distrito Federal pensar a integração da agenda de recursos hídricos e agenda ambiental, visto que é um desejo antigo da sociedade e está na lei de recursos hídricos. Ressaltou que a motivação está em alguns instrumentos de Gestão Pública que são oportunidades para essa integração. Em escala global está o 8º Fórum Mundial da Água – 2018. No âmbito nacional está a Política Nacional de Recursos Hídricos, por meio do legado que ANA e os Conselhos de Recursos Hídricos estão deixando. E em escala local está a insegurança hídrica do DF e a bacia do Lago Paranoá. Lembrou que a preservação da água passa pela preservação dos ecossistemas aquáticos e que esse é um tema que não pode ficar fora da pauta de recursos hídricos e nem estar na agenda ambiental separada da agenda de recursos hídricos. O apresentador destacou que, em 2005 a ONU desenvolveu um modelo conceitual que pautou a avaliação ecossistêmica do milênio. Esse método coloca o ecossistema no centro das questões humanas. Estima que se o ecossistema estiver funcionando ele produz uma série de funções que geram serviços ambientais que são fundamentais para o bem-estar humano. Essas funções dependem da integridade dos

44 ecossistemas, que pode ser deteriorado pelos vários usos humanos que interferem
45 diretamente na capacidade dos sistemas de prover serviços ambientais também para o bem-
46 estar das pessoas. As pessoas conseguem retroalimentar o sistema melhorando as políticas
47 públicas para manter os ecossistemas, as funções e os serviços ambientais de forma a
48 garantir o bem-estar humano. Esse é o grande desafio. A crise hídrica no DF está posta e tem
49 vários componentes, um deles se apresenta como uma janela de oportunidades para
50 pensarmos essa integração ecossistêmica. Lembrou que é muito importante compreender
51 que o Distrito Federal está numa reserva de biosfera. Quase todo o DF é reserva da biosfera
52 do Cerrado. Este termo é cunhado internacionalmente pela UNESCO, para áreas que são
53 muito especiais do ponto de vista ambiental. Então, o DF tem três áreas núcleos da reserva
54 da biosfera que são: o Parque Nacional de Brasília, Águas Emendadas e a APA Gama e
55 Cabeça de Veado. Entre elas existem as zonas de transição cujo objetivo é a proteção dos
56 ecossistemas aquáticos para que eles possam prover os serviços ecossistêmicos, contudo, o
57 desafio para o poder público e a sociedade é apresentar propostas sustentáveis para essas
58 áreas de transição. O apresentador lembrou que um dos pilares da segurança hídrica é a
59 proteção aos ecossistemas aquáticos para manter sua integridade e estabilidade dinâmica.
60 Lembrou que o Brasil enfrenta alguns problemas que comprometem a segurança dos
61 ecossistemas aquáticos, a exemplo dos vivenciados na Amazônia com a expansão das
62 hidroelétricas, no Centro Oeste com a expansão das fronteiras agrícolas e alta demanda de
63 água, o Sul e Sudeste sofrem com a poluição hídrica e o Nordeste é comido pelo
64 permanente déficit hídrico. Lembrou que existem seis grandes atributos que regem a
65 integridade dos ecossistemas aquáticos: o primeiro é a vazão e regime hidrológico, o
66 segundo a qualidade da água e dos sedimentos, terceiro estrutura e estabilidade dos
67 ambientes aquáticos, o quarto é a fonte de produtividade do sistema, o quinto é a
68 biodiversidade e os processos ecológicos e, por último, os padrões de conectividade do
69 sistema. O apresentador informou que há um projeto desenvolvido para todo o Distrito
70 Federal, com 600 trechos de rios amostrados, divididos em unidades de conservação onde há
71 menos impactos antrópicos e que pode oferecer uma referência melhor de níveis de
72 organização do sistema, áreas degradada, áreas sobre influência urbana, áreas sobre
73 influência rural que permitirá estabelecer modelos correlacionados à integridade dos
74 ecossistemas aquáticos com os usos da terra. A seguir explanou sobre regime hidrológico ou
75 vazão, que é a quantidade de água que passa pelos reservatórios. Apresentou dados do
76 Parque Nacional, do Ribeirão de Torto e os tributários contribuintes: Milho Cozido, Vargem
77 Grande, Santa Maria, o Três Barras e o próprio Ribeirão do Torto, com vazões diferentes.
78 Esclareceu que eles estão operando dentro dos níveis esperados para o sistema. Quanto ao
79 reservatório de Santa Maria, o apresentador explicou que é um reservatório isolado, que não
80 tinha água vertendo naquele momento, fato que só corre em momentos de extrema cheia.
81 Isto não é bom do ponto de vista ecológico. O córrego Três Barras tem muita água e afoga o
82 trecho, que é bem pequeno, por isso não há seca. Um problema grave detectado no local foi
83 a introdução de espécies exóticas. Nesse sentido, o fato do sistema estar isolado foi uma
84 proteção para o restante do Parque. Informou que houve diminuição de vazão no córrego
85 Três Barras. Acrescentou que, em termos de regime hidrológico, o importante é manter os
86 cursos de inundação, pois é o grande organizador de todo o ecossistema aquático. Esclareceu
87 que quando há desmatamento do Cerrado, antecipa-se a enchente, o pico hidrológico é muito

88 maior, e a água fica menos tempo no sistema. Também chamou a atenção para os efeitos do
89 controle hidrológico sobre a água: aumento da dimensão populacional, afogamento de
90 habitats, controle do regime nos reservatórios e à jusante, sedimentação excessiva,
91 fragmentação de habitats e comunidades, aumento da taxa de mortalidade e diminuição dos
92 sinais ambientais para a parte viva do sistema. O apresentador informou que no Parque
93 Nacional a qualidade da água não tem problema algum, contudo, em relação ao córrego do
94 Torto, na jusante há registros de vários problemas causados pelo uso da terra nas
95 proximidades, em virtude da existência de áreas agrícolas e urbanas despejando esgotos e
96 também pela chegada de águas pluviais com esgoto clandestino. O reservatório de Santa
97 Maria há qualidade de água preservada com tendência de acúmulo de nutrientes,
98 principalmente fósforo, por causa das queimadas. Na represa do Torto a qualidade da água é
99 preservada mas há indícios de sedimentação oriundas das cascalheiras à montante, que estão
100 dentro do parque. Estas foram às áreas de empréstimo para a instalação de reservatórios, e a
101 CAESB terá que tomar alguma providência agora. No Lago Paranoá comunicou que a
102 qualidade de água melhorou, porém, está piorando novamente nos braços do Riacho Fundo e
103 do Bananal, onde estão as ETIS e, em virtude do crescimento populacional naquela região, a
104 quantidade de efluentes aumenta e o córrego perde a capacidade de diluição. Alertou que é
105 preciso olhar esta questão com muito cuidado, pois, agora está sendo captando água do
106 Paranoá para abastecimento humano. A represa do Torto é um ambiente importante, com
107 muita diversidade de plantas aquáticas, com diversidade de plantas aquáticas, com muita
108 estrutura de ambientes e alta diversidade de espécies. Explicou que, em síntese, tanto
109 ambientes lóticos quanto lênticos, naturais e artificiais, ou seja, as represas e os córregos
110 estão bem estruturados, porém, conseguem captar impactos até dentro do Parque Nacional,
111 em cima dos ecossistemas aquáticos e em cima dos habitats. Apresentou alguns impactos do
112 ambiente físico como sedimentação das represas, vazão reduzida, sessão de canais e
113 poluição frequente, assoreamento e diminuição de vazão nos córregos das proximidades.
114 Explicou que os ecossistemas precisam de energia para funcionar, e que a fonte de energia
115 vem da mata de galeria e, que, portanto, é extremamente importante que sejam mantidas as
116 matas de galeria ao menos de 38 metros de largura quando se tem o Cerrado intacto. Para os
117 casos de áreas agrícolas são necessários 90 metros de mata de galeria para equilibrar. Se for
118 área urbana são necessários 120 metros de mata. Lembrou que há a intenção de proteger a
119 mata de galeria, e que irão fazer um amplo esforço para reconstituir mata de galeria nos
120 córregos, com a largura necessária, na bacia Sul e na APA Gama Cabeça do Veado.
121 Acrescentou que o zoneamento da APA já determina 80 metros de largura, está na Lei.
122 Lembrou que o principal indicador é a ictiofauna e que as comunidades de peixe são muito
123 bem estruturadas, e quando há impacto é possível ser percebido na desequilíbrio dessas
124 comunidades, o que também acontece nos reservatórios. Informou que o último indicador
125 isolado é a conectividade, que ocorre em várias dimensões, e as veredas que são protegidas
126 por lei, são o berçário dos ecossistemas aquáticos e que age como um grande filtro para tudo
127 que vem de terra firme. Quanto à escala da paisagem, na escala do hábitat, comunicou que
128 segue o mesmo padrão, e juntando todas as escalas, a integridade total segue um padrão
129 apenas em algumas poucas áreas que estão dentro do quadrante do padrão, e os outros estão
130 em estado de alerta ou degradados. Sobre a pesca no Paranoá, explicou que, quando se criou
131 o Lago Paranoá afogou-se o antigo rio: Gama, Ribeirão do Torto, Bananal e Riacho Fundo, e

132 com isso, perde-se 37, das 48 espécies nativas de peixe existentes. Depois foram colocadas
133 15 espécies exóticas de peixe no Lago. Em síntese, nos córregos à montante tem 48 espécies
134 nativas, no Lago Paranoá tem 11e à jusante tem 17. Tem 7 exóticas à montante que saíram
135 do Lago e penetraram os afluentes. Tem 14 espécies dentro do Lago e à jusante tem seis.
136 Lembrou que através da composição de espécies é possível detectar as alterações que estão
137 acontecendo. Além do efeito de alagamento, o Lago sofreu também o efeito da poluição,
138 fato que eliminou mais espécies ainda. Isso fez com que a fauna dos quatro afluentes
139 ficassem isoladas entre si. Quando o Lago foi despoluído essa fauna passou a usar o Lago
140 como dispersão e aumentar a similaridade dessa fauna nos afluentes. Chamou a atenção para
141 as Veredas, que são protegidas por Lei e são, juntamente com as matas de galeria, o berçário
142 dos ecossistemas aquáticos e o grande filtro para tudo que vem do ambiente. Os rios do DF
143 são altamente dependentes dessas duas variáveis. Nos córregos tem poucos predadores e são
144 estruturados de baixo pra cima, então é o substrato quem define o controle. Em represas a
145 regulação é de cima para baixo, são os predadores quem regulam a cadeia trófica. Juntando
146 todos os indicadores tem-se o que chamamos de integridade. Existem vários pontos degradados
147 que precisam de manejo para recuperar. Sobre a pesca clandestina, lembrou que esta ocorre
148 no Lago Santa Maria, mas não no Paranoá. Lembrou que o Santa Maria está dentro do
149 parque Nacional e, portanto, não deveria haver pesca no Santa Maria, pois isto pode
150 provocar impactos na ictiofauna e alterar o ecossistema. Seguindo com a observação ao
151 longo do tempo, dividindo em áreas rurais e urbanas, o que se pode observar é um
152 decréscimo de integridade em todos os sistemas, e este fenômeno está chegando para as
153 unidades de conservação, pois os efeitos estão subindo. Chamou a atenção do Conselho para
154 um fenômeno que está acontecendo em todo o DF, que é o rebaixamento do lençol freático:
155 isso está acontecendo em Águas Emendadas, que já não emenda mais, no Parque Nacional,
156 no APA Gama Cabeça de Veado e nos outros afluentes. Isso desencadeia um processo de
157 sedimentação dentro do sistema. Sobre as Águas Emendadas lembrou que o ponto que
158 emenda está há mais de dois quilômetros da marca lá registrada, onde há o córrego Vereda
159 Grande e o Brejinho. Hoje, sabe-se que lá não está mais emendendo. Sobre o papel da pesca
160 no Lago Paranoá fez um breve histórico sobre a vida no Lago. Informou que na década de
161 60 o Lago apresentou os primeiros sinais de poluição, em 70 ele não aguentou e entrou em
162 colapso, a manchete dos jornais diziam “Brasília fede”, foi para a UTI em 80 e 90 passou
163 por lenta recuperação com as estações de tratamento de esgoto. Ocorre que o Lago tinha
164 poluição estocada, e apesar do tratamento do esgoto, a qualidade da água do Lago não
165 melhorava em virtude do que estava estocado nos sedimentos e nos peixes, visto que o lago
166 era um tanque de piscicultura à céu aberto. A densidade de peixes exóticos era altíssima:
167 carpa e tilápia principalmente, e eles revolviam os sedimentos e disponibilizavam fósforo e
168 nitrogênio para a coluna d’água, as algas cresciam e a CAESB tinha que jogar toneladas de
169 sulfato de cobre, porque se elas morrerem, “fede Brasília de novo”. Na virada do século, o
170 Lago melhorou rapidamente. Atualmente está saudável. Ocorre que nos braços do Riacho
171 Fundo e Bananal, onde estão as ETEs, já estão dando sinais de poluição, indicando que estes
172 já estão no limite da capacidade de suporte. A seguir o apresentador passou ao histórico do
173 que aconteceu com a ictiofauna: nos anos 60 houve um ajuste extremo nas comunidades de
174 peixes, com perda de 60% de espécies nativas. Em 70 as comunidade foram adquirindo
175 estabilidade dinâmica no reservatório, porém com homogeneidade de espécies. Em 80

176 detectou-se a heterogeneidade das espécies. Na década de 90 a estratificação se consolidou.
177 Em 2000 houve um *flashing*: jogou-se água podre pra fora pra gerar energia e, essa água
178 podre foi para Goiás. A nova água que veio para o Lago, como já passava pelas duas ETEs
179 permitiu que o Lago fosse cheio com água de boa qualidade e subitamente ficou transparente
180 e propício à balneabilidade e outras atividades. O apresentou lembrou que nos anos 60, no
181 regime da Revolução, houve uma Lei proibindo a pesca no Lago Paranoá em virtude da
182 segurança nacional, contudo, ela continuou existindo de forma clandestina pelos
183 “barrageiros”, pescadores especializados na pesca em barragens. Em 70-80 houve
184 intensificação da pesca clandestina, seguindo o aumento da massa de tilápias e carpas
185 associadas à crescente eutrofização. Com isso o Lago foi poluindo e expandindo a proibição
186 de espécies exóticas que se adaptam bem a ambientes poluídos. Nos anos 90 houve poluição
187 formal da pesca no Lago, sob o argumento de poderia se extinguir as espécies e houve
188 excesso de biomassa e mortandade de peixes e o Lago voltou a feder. Então a estratégia
189 adota no final dos anos 90 era de liberar a pesca, porque isso significava a retirada de
190 biomassa do Lago e introduzir a carpa prateada, estéril, que deveria ajudar a filtrar o Lago,
191 prestando um serviço ecossistêmico. A partir de 2000 houve o *flashing*, o Lago
192 oligotrofizou, ou seja, ficou mais pobre em nutrientes, e com isso, houve um ajuste nas
193 comunidades de peixes e na pesca. O apresentador lembrou que foi feita uma operação de
194 eco sondagem para estimar a população de peixes no Lago e estimou-se em média 1400
195 toneladas de peixes. Depois foi feito experimento no Riacho Fundo, onde se estimou 100
196 toneladas no trecho analisado, próximo a Ponte das Garças. Também foi calculado 150
197 toneladas de estoque pescável no Bananal e 175 no Riacho Fundo. Nesse momento, ocorreu
198 o fim do monitoramento que vinha sendo feito e iniciou-se um cadastramento para pesca
199 ecológica, com licenciamento e, também se deu início ao monitoramento dessa pesca
200 liberada. Apresentou os dados de captura da pesca. Nesse contexto, o resumo de captura foi:
201 1999 quando a situação ainda era de poluição, o estoque explotável era de 770 t e caiu para
202 392 t – 52% de redução. A captura por unidade de esforço, por dois pescadores era 41
203 kg/dia, caiu para 23 kg. Esforço necessário para controlar a poluição era de 329 pescadores
204 ou 164 duplas, caiu para 130 pescadores, considerando a redução do estoque explotável.
205 Desse trabalho saíram as seguintes recomendações, que, em 2004 foram repassadas a este
206 Conselho: autorizar o máximo de 184 pescadores. Discutir a possibilidade da liberação de
207 malhadeiras. Redesenhar o sistema de monitoramento da pesca comercial. Monitorar a pesca
208 esportiva. Monitorar o estoque pesqueiro. Na ocasião esses dados eram reportados ao
209 IBAMA e o projeto foi cunhado de um modelo brasileiro, onde se tinha toda uma base
210 científica de produção dos dados. Quando foi criada a Secretaria de Estado de Meio
211 Ambiente do Distrito Federal, o processo foi repassado à SEMA e depois de criado o
212 Conselho a SEMA repassou para ele. Na época foi feita uma apresentação desses dados ao
213 CRH e naquela ocasião o Conselho pediu vistas ao processo e não se manifestou até hoje.
214 Esta é a última notícia que tive do Processo. A pesca não foi legalizada, continua na
215 clandestinidade e, a polícia ambiental deixou de policiar. A CAESB parou de pagar o
216 monitoramento por não ter uma Lei que amparasse o processo. Lembrou que dentro desse
217 processo o Lago parou de ser monitorado. Atualmente, o que se sabe é pelos dados de
218 qualidade da água, a exemplo dos dois braços, Riacho Fundo e Bananal estão voltando à
219 poluição e, com isso, volta a necessidade premente de monitoramento. Supõe-se que o Lago

220 só não tá com qualidade pior porque a pesca, embora clandestina, retira muita biomassa do
221 Lago. O apresentador concluiu recomendando ao Conselho que resgate o Processo e
222 reexamine-o, tendo em vista que se faz necessário uma nova avaliação do Lago Paranoá,
223 visto que estamos há 15 anos sem monitoramento e todos os anos a questão do aparecimento
224 de algas no Lago Paranoá retorna e a solução passa pelo controle da pesca. Para finalizar
225 lembrou que não existe nenhuma proposta concreta de legislação, mas alguns conceitos são
226 fundamentais de serem aprovados, a exemplo da segurança hídrica, que coloca a proteção
227 dos ecossistemas aquáticos como um dos pilares. Outro ponto importante é o pagamento por
228 serviços ecossistêmicos, como: os produtores de água, etc., que precisa ser regulamentado.
229 Também está sendo discutida a outorga de diluição de efluentes. As regras vão mudar e é
230 importante acompanhar os efeitos, assim como, utilizar a pesca como importante
231 instrumento de manejo. Também estão discutindo a proteção de recursos hídricos especiais.
232 A Resolução do CONAMA diz que onde não tem enquadramento fica classe 2. No
233 documento em estudo está proposto para classe 1. Isso favorece os ecossistemas aquáticos,
234 embora o enquadramento considere só a qualidade da água, mas não é possível manter a
235 qualidade da água se não tiver uma mata de galeria potente para conter a sedimentação e a
236 poluição que vem de fora. Nesse contexto da proteção de recursos hídricos especiais vem a
237 pergunta: o que fazer com os estuários? A resposta é fazer nada. Porque os estuários já estão
238 ai, resultante do processo de colocar cidades onde antes eram veredas, aterrando as
239 nascentes e acelerando o processo de sedimentação, que entope os córregos e o próprio
240 Lago. Mas isto é fato e o sistema já está adaptado assim, só resta assiste o processo de
241 comutação e torcer para consertar o problema lá nos córregos, onde precisamos aumentar as
242 matas de galerias e evitar novas invasões nessas áreas importantes. A **Conselheira**
243 **Priscila/CEB** questionou sobre a situação de “*flashing*” citada pelo apresentador e registrou
244 que recentemente a CAESB solicitou informações sobre este episódio e a CEB fez um
245 levantamento à procura das informações nada encontrou neste sentido. Não há registros na
246 CEB de que houve algum *flashing* por volta do ano 2000, não há registro na usina de
247 nenhuma abertura do vertedouro ou operação diferente da geração, que se relacione com a
248 melhoria na qualidade de água. O **Senhor Mauro Lambert** explicou que coincidiu com o
249 período mais seco do Lago Paranoá, e que deve ter havido em seguida uma grande cheia
250 renovando a água, pois como não há nenhum registro de fenômeno climático à época as
251 informações levaram a crer em *flashing*. O **Presidente da reunião** agradeceu pela valiosa
252 apresentação e liberou o espaço para considerações da Plenária. O **Conselheiro**
253 **Montenegro/ABES-DF** agradeceu pela palestra e destacou que em relação ao controle da
254 erosão e sedimentação na bacia do Lago Paranoá, é possível fazer mais que torcer. A
255 ABES/DF entende que, nesse assunto, estamos extremamente atrasados na criação de uma
256 política de controle de sedimento de obras da Construção Civil, visto que algumas cidades já
257 avançaram bastante. Lembrou que o Código de Edificações está em discussão na Câmara
258 Distrital, e existe proposta de cuidado e restrição com esse assunto. Temos que tomar
259 cuidado com o assunto porque sabemos que as obras públicas são o exemplo do que não
260 devemos fazer no que se refere ao controle de sedimentos de obras. Pediu ao Conselho que
261 acompanhasse este tema mais de perto. Outra questão de grande importância, que já foi
262 alertada pela ABES/DF neste Conselho, é sobre, de quem é a responsabilidade para retirar o
263 esgoto da galeria de águas pluviais, uma vez que no Distrito Federal há o conceito de

264 separador absoluto, onde água pluvial não se mistura com esgotamento sanitário. Informou
265 que a responsabilidade do tratamento do esgoto é da companhia que faz o esgotamento
266 sanitário e enfatizou que coletar, transportar e tratar esgoto no DF é de competência da
267 CAESB. A responsabilidade das galerias de águas pluviais é da NOVACAP, assim, se
268 esgoto é depositado nas galerias de águas pluviais a NOVACAP tem que procurar saber
269 como este esgoto foi parar lá dentro e estancar o problema. O DF está há anos convivendo
270 com isto e não pode continuar. Este Conselho precisa intervir. Salientou que, se as
271 instituições chegarem à conclusão de que não vão conseguir tirar todo o esgoto das galerias
272 de águas pluviais, pois é uma tarefa muito difícil, então deveriam buscar a solução de
273 construir a tomada de tempo seco, que permite interceptar o esgoto remanescente das
274 galerias de águas pluviais e encaminhar para as estações de tratamento de esgoto. Existem
275 vários exemplos no mundo a respeito disto. Este Conselho precisa se apropriar desta
276 discussão para avançar em algumas causas da piora de poluição do Lago. A **Conselheira**
277 **Mônica Veríssimo/Fórum ONGs**, sugeriu que seja criado um Grupo de Trabalho – GT
278 neste Conselho para resgatar o processo de monitoramento do Lago e fazer as primeiras
279 avaliações das informações contidas no lá e orientar posteriores encaminhamentos nessa
280 temática. Perguntou ao apresentador como seria a o processo de utilização de peixes para a
281 despoluição do Lago e monitoramento. A **Conselheira Maria do Carmo/CAESB** pediu ao
282 apresentador que fale um pouco mais sobre a pesca clandestina no reservatório Santa Maria.
283 Chamou a atenção para a questão da deposição de sedimentos oriundos da obra do trevo
284 Norte, onde era possível observar montanhas de resíduos acumulados ao lado do Lago.
285 Informou que a CAESB já teve o programa caça esgoto, que foi retirado, não soube informar
286 a razão mas, disse que a CAESB está reavaliando essa questão. O **apresentador Mauro**
287 **Lambert**, em resposta ao questionamento da Conselheira Mônica, propôs que em primeiro
288 lugar deve-se tentar entender como está a pesca, e a primeira coisa é montar novamente um
289 esquema de monitoramento da pesca e, para isto é necessário alocar financiamento para tal.
290 O Segundo ponto é fazer uma nova avaliação do Estado trófico do Lago Paranoá e da cadeia
291 trófica. Disse entender que a criação do GT é uma boa ideia e lá será possível pontuar passo
292 a passo do que é necessário. Quanto ao questionamento sobre pesca clandestina, informou
293 que detectaram vários sinais de pesca clandestina, inclusive no Parque Nacional no Lago
294 Santa Maria. Lembrou que o Parque Nacional está preservando uma das espécies de peixe
295 ameaçadas de extinção do Brasil, e que é preciso um incentivo para fazer o monitoramento
296 no local. Quanto aos sedimentos que estão vindo de obras, especialmente as do Trevo Norte,
297 disse concordar que é preciso ter muito mais cuidado e que há tecnologia para evitar a
298 geração de resíduos e que o problema precisa ser pensado de forma integrada, para que
299 sejam implementadas obras limpas, bem executadas. Também salientou que é preciso
300 aumentar a capacidade de suporte dos córregos e também, o replantio das matas de galeria.
301 Neste sentido é preciso que um amplo programa de reflorestamento das matas de galeria seja
302 pensado para o DF. A **Conselheira Flávia Ribeiro/Fórum das ONGs**, sugeriu ao Conselho
303 que também recomende às autoridades competentes que seja feito um monitoramento dos
304 efeitos decorrentes da segunda pista do aeroporto sobre o Lago. Outra recomendação é sobre
305 a alteração da orla do Lago Paranoá, que causou uma grande evasão de animais que foram
306 atropelados. Aproveitando que haverá uma nova avaliação das condições do Lago Paranoá
307 sugeriu que seja feita uma investigação sobre os efeitos da Vila Telebrasília sobre o Lago. A

308 **Conselheira Ana Paula/FIBRA** perguntou sobre o licenciamento do Condomínio Taquari,
309 ao que o Presidente informou que da parte do Governo o licenciamento está suspenso. A
310 Conselheira perguntou qual órgão do governo é responsável pelo monitoramento dos peixes
311 no Lago Paranoá para que o CRH já saia da reunião com um encaminhamento, que pode ser
312 uma moção. O **Presidente** respondeu que é necessário olhar com cuidado as proposições
313 levantadas, que guardam relação com o tema, a exemplo do código de obras que está em
314 análise, e a questão do esgotamento sanitário que chega ao Lago pelas galerias de águas
315 pluviais, conforme informações da ABES/DF, o monitoramento da pesca, informado pelo
316 apresentador do IBGE, a questão do Processo de 2004 que a secretaria executiva deve
317 resgatar, e após analisar todas estas informações voltaremos com este assunto para
318 deliberarmos com mais segurança. Ressaltou ainda que o Conselho, pela responsabilidade
319 que tem, deixará tudo bem pautado e organizado para o caso de futura mudança de gestão a
320 ação seja continuada. Prosseguiu ao **Item 1c** da pauta: O **Conselheiro**
321 **Montenegro/ABES/DF** informou que a última reunião da Câmara Técnica tratou do assunto
322 Pró Gestão nos aspectos que precisam avançar para conquistar as posições que estão
323 previstas no termo de acordo entre o DF e a ANA. Informou que a ADASA examinaria cada
324 um dos pontos e traria para a próxima reunião da Câmara Técnica. Outro ponto destacado
325 pelo presidente da CTPA foi que está previsto para uma próxima reunião da CTPA, que
326 deverá acontecer no início de dezembro, a alocação dos recursos provenientes do
327 PROGESTÃO. Acrescentou que uma sugestão para a próxima reunião da CTPA é que fosse
328 centrada na apresentação do trabalho feito pelo consultor da ADASA, e que a discussão
329 sobre a alocação do recurso do Pró Gestão e da continuidade da discussão das metas fossem
330 deixadas para a reunião subsequente, no início do próximo ano. A **Conselheira**
331 **Alba/ADASA** informou que, o trabalho de consultoria encomendado pela ADASA foi
332 resultado de pedido dos Comitês de Bacias, de estudo sobre a cobrança de água no DF para
333 subsidiar os Comitês de Bacias na elaboração de um Plano de Cobrança a ser encaminhado
334 para apreciação do CRH/DF. O contrato da consultoria prevê apresentação ao CRH e aos
335 CBHs antes da conclusão dos trabalhos e a ADASA solicitou ao CRH reunião
336 extraordinária, que será conjunta com os CBHs para a apresentação da minuta de relatório
337 da Consultoria. A reunião está prevista para o dia 04 de dezembro. O **Presidente** consultou
338 submeteu a proposta do Conselheiro da ABES a votação, e foi aprovada por unanimidade.
339 Prosseguiu com o **Item 1d** da pauta e convidou o **senhor Sérgio Ribeiro/SEMA**, para
340 proceder a apresentação do relatório resultante da Portaria 069/2017/SEMA, que criou um
341 Grupo de Trabalho – GT para analisar as recomendações do Ministério Público e as
342 Recomendações do CRH/DF sobre a Crise Hídrica. Salientou que o documento enviado pelo
343 GT analisou 25 recomendações do CRH e 64 do MPDFT. Destacou que muitas das
344 recomendações foram endereçadas à instituições específicas, porém, 29 delas, quase a
345 metade, ficaram sem o endereçamento. O GT dividiu o trabalho em dois momentos: àquela
346 endereçadas à SEMA, primeiro deu um *status* de como estavam encaminhando a questão, e
347 um segundo momento que requereu uma análise mais minuciosa para distinguir de quem é a
348 atribuição no caso específico. Informou que a apresentação irá focar nas atribuições da
349 SEMA e sugeriu que fosse as demais instituições que tem relação com a gestão de recursos
350 hídricos, citadas no documento do MPDFT apresentem os desdobramentos do que foi
351 recomendado pelo Ministério Público. Acrescentou que o relatório do GT tem 96 páginas,

352 com riqueza de detalhe sobre cada assunto e que poderá ser disponibilizado aos
353 Conselheiros. Informou que no segundo semestre de 2016 foi deflagrada a situação de
354 escassez hídrica e, em 14 de março de 2017, o Ministério Público convocou uma audiência
355 pública para debater o tema, e no mesmo mês o Presidente do CRH lança o relatório com as
356 23 medidas para enfrentamento da crise hídrica. Em abril o MPDFT lançou o documento
357 com as Contribuições do Ministério Público para o Enfrentamento da Crise Hídrica no DF e
358 encaminhou para diversos órgãos do Poder-Executivo, incluindo o CRH/DF. Em julho a
359 SEMA cria, por meio da Portaria 69, o GT de acompanhamento das contribuições do MP.
360 Explicou que o item 39, no documento do MPDFT dispõe sobre a “*agilização pela Sema,
361 com o devido apoio institucional da Casa Civil e demais órgãos competentes, da conclusão
362 do Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Legislativa para aprovação do ZEE cujas
363 diretrizes devem nortear a aprovação do PDOT, LUOS, PPCUB e Lei de Permeabilidade
364 do Solo, visto tratar-se de instrumento de planejamento territorial que tem precedência
365 sobre os demais, dada a sua incumbência de orientar a ocupação do território de acordo
366 com a capacidade de suporte, cujos limites se desrespeitados levam a situações críticas de
367 insustentabilidade a exemplo da própria crise hídrica atual*”. Informou que a Casa Civil e o
368 Comitê Político estão revisando o ZEE e a precisão era encaminhar para a Câmara Distrital,
369 no dia 08 de dezembro. Outra recomendação foi sobre o ato de criação de APM relativa à
370 captação da ETA do Lago Paranoá e restabelecimento da APM do Descoberto sobre a qual
371 informou que está sendo feita uma consulta à AJL juntamente com a SEGETH, SEMA e
372 CAESB, que também respondem pelas APMs para decidir a melhor forma de tratar o
373 assunto. Ressaltou que a estação de tratamento de água do Paranoá foi inaugurada no mês de
374 outubro, e a partir do início das atividades irão trabalhar a questão da criação da APM para
375 proteger a área. A **Conselheira Alba/ADASA** questionou sobre o projeto de captação da
376 CAESB para a área perto da barragem, onde estaria a APM. Ao que o apresentador
377 respondeu que se trata de barragem provisória, mas que irá permanecer, e foi provisória por
378 conta do momento da crise hídrica, contudo, foi envidado um esforço para criá-la visto que
379 continuará produzindo 700 litros por segundos. A **Conselheira Maria do Carmo/CAESB**
380 afirmou que quanto à questão do Lago Paranoá deve-se tratar a bacia como um todo, bem
381 como a gestão e a capacidade de suporte do Lago Paranoá com toda a parte central, e
382 informou que, em acordo com estudo feito pela CAESB e em função de todos os
383 monitoramentos que existem, a capacidade de suporte do Lago Paranoá está sendo revisada.
384 O apresentador informou que outro item é realizar estudos pela SEMA e IBRAM para
385 avaliar a possibilidade de recategorização da ReBio do Descoberto, criada sobre Área de
386 Preservação Permanente. Acrescentou que está em andamento a articulação institucional
387 pela SEMA e TERRACAP com o ICMBio para inclusão na Floresta Nacional de Brasília da
388 APM Currais, em Taguatinga, composta por terras de propriedade da TERRACAP cujos
389 solos hidromórficos tornam imprópria para ocupação, inclusive rural, definindo-se a retirada
390 e a relocação de seus ocupantes históricos que tenham direito a tanto. A **Senhora Nazaré
391 Soares/SEMA** complementou que as 29 recomendações que o Ministério Público não
392 atribuiu a nenhuma instituição, na opinião do GT, boa parte destas ações têm interface com a
393 SEMA, e também tem interface com outras instituições, e, portanto, optaram por fazer uma
394 consulta jurídica antes de trazer uma proposta e finalizar o documento. O Presidente da
395 reunião comunicou que há um problema estrutural no SISDIMA, uma vez que houve muitas

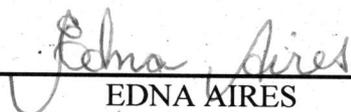
396 mudanças ao longo de tempo em relação aos órgãos que o compõem, e que há um
397 emaranhado de sobreposições, de sobreamentos e de lacunas sobre os quais os entes do
398 sistema precisam se debruçar sobre e fazer um estudo mais aprofundado do sistema como
399 um todo. O **apresentador** passou às recomendações oferecidas pelo CRH e informou que a
400 primeira recomendação do CRH, cujo relatório foi assinado pelo presidente do Conselho, foi
401 sobre a Resolução ADASA que tratou dos volumes de referência e ações de contenção em
402 situações de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto em Santa Maria, com proposta
403 de adoção de critério mais rigoroso para definição do estado de alerta, passando de 30%,
404 proposto originalmente pela ADASA, para 40%. A segunda contribuição para as resoluções
405 de outorga e de recarga de aquífero da ADASA que deverão ainda ser objeto de debate mais
406 aprofundado da Câmara Técnica de Assessoramento do CRH. A **Senhora Nazaré/SEMA**
407 informou que o relatório será enviado para as instituições citadas, para fazerem as devidas
408 complementações. O **apresentador** explanou que a recomendação foi no sentido de
409 aumentar a efetiva proteção das áreas de recarga de aquífero, não somente nascentes e APPs,
410 resgatando as APMs como espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público,
411 e que há uma demanda à CAESB para aumentar o investimento na redução de perdas de
412 água do sistema e, que foi encaminhado ofícios aprovado pelo CRH à ADASA, em
413 dezembro de 2016, para que esta exija da CAESB apresentação de um plano estratégico com
414 prazos, custos e fontes, estabelecendo metas e meios para superar a crise atual, sendo uma
415 recomendação do Ministério Público. A **Conselheira Maria do Carmo/CAESB** explicou
416 que sobre a demanda à CAESB há um cronograma pronto, com vários contratos que já estão
417 em andamento, com fontes de recurso definida, alguns com recursos do BID. Sugeriu que
418 fizessem dois endereçamentos, um com a questão de perdas, e outra com a questão dos
419 enfrentamentos emergenciais. Ressaltou que é importante fazer a consulta ao próprio Comitê
420 de Crise do DF, pois está atualizado. O **apresentador** expôs que a Recomendação nº 7 é a
421 proposta de revisão nas regras de outorga para garantir um melhor e mais transparente
422 controle e monitoramento pelo Poder Público e pela sociedade, e promover a urgente
423 integração da emissão de outorga com licenciamento. Acrescentou que uma recomendação
424 do Ministério Público é um debate iniciado em dezembro de 2016, no âmbito do CRH, em
425 que foi elaborado o histórico da temática de outorga no CRH DF com todos os
426 encaminhamentos a respeito do assunto até a presente data. Também trás recomendação para
427 que a ADASA alterasse o critério da taxa de contingência pelo racionamento, para implantar
428 maior progressividade na tarifa de contingência. Sobre este ponto o apresentador explicou
429 que, sobre este recurso seja dada maior transparência e se processo debate mais amplo sobre
430 a destinação e uso dos recursos da taxa de contingência. Foi realizada uma audiência pública
431 no dia 07/03/2017, pela ADASA, com objetivos de obter subsídios e informações adicionais
432 referentes à minuta de Resolução com os procedimentos operacionais para acesso aos
433 recursos oriundos da tarifa de contingência, aplicados pela CAESB em via da situação
434 crítica de escassez hídrica. Outra recomendação é a demanda por um programa robusto de
435 recuperação do cerrado e de áreas nascentes, matas ciliares e áreas prioritárias para recarga
436 de aquífero e produção de água, priorizando as APMs, com ênfase na Bacia do Descoberto.
437 A próxima recomendação foi garantir o controle efetivo sobre os postos em funcionamento e
438 abertura de novos postos em área urbana e rural, sobretudo, nos finais de semana, e sobre os
439 postos irregulares existentes com aumento da fiscalização estratégica e a criação de um

440 cadastro de empresas e caminhões que perfuram postos com controle, inclusive, por GPS,
441 sendo ADASA e IBRAM, como principais atores. O relatório recomendou também, a
442 ampliação do racionamento na região abastecida pelo reservatório Santa Maria, como apoio
443 a proposta de parceria da ADASA e do ICMBio com a Polícia Militar Ambiental, que possui
444 um efetivo de 500 policiais para fiscalização do uso irregular ou ilegal da água nas áreas de
445 proteção de mananciais e nas APAs do Descoberto e do Planalto Central. A 14ª
446 recomendação é promoção, através de investimentos robustos de Fundo de Recursos
447 Públicos para desenvolver novas tecnologias de reuso de água, como também a proposta que
448 seja viabilizada a regulamentação pela ADASA e CAESB para reuso de águas cinza nas
449 edificações, bem como, novas tecnologias menos intensivas em consumo de água para
450 prédios e atividades industriais, residenciais e comerciais. O **presidente da reunião**
451 informou que irão enviar o relatório para as instituições citadas estudarem e atualizarem as
452 informações e, também, para os órgãos que não responderam às solicitações feitas pelo GT.
453 A Conselheira **Alba/ADASA** lembrou que em reunião conjunta dos Comitês de Bacia foi
454 retirada uma moção para a ADASA contratar o estudo do reuso da água, pois ainda não há
455 uma Resolução, por se tratar de um assunto delicado e que tem que ser estudado com
456 bastante cuidado. A **Servidora Maricleide/SEMA** esclareceu que a razão pela qual a
457 SEMA criou o GT foi para analisar os 22 pontos mencionados e tratados nas reuniões desse
458 Conselho, referentes a crise hídrica, pontos estes que constavam no documento assinado
459 pelo Presidente do Conselho, que são de fato as recomendações do CRH para o combate da
460 crise hídrica. Resumiu que o propósito desta apresentação é que o Conselho se debruce
461 sobre pontos analisados pelo GT. O **apresentador** passou a 15ª recomendação, direcionada
462 à CAESB, para que elabore e dê total transparência aos dados de consumo de água,
463 desagregando por setor: residencial, comercial, industrial, e também por Região
464 Administrativa. A **Conselheira Alba/ADASA** complementou que a revisão será feita.
465 Lembrou que a ADASA está finalizando o processo de licitação da contratação do Plano de
466 Bacia do Paranoá, e que estão com dois termos de referência prontos, e o PGRH vai
467 consolidá-los. O **apresentador** prosseguiu com a 17ª recomendação, que é a proposta ao
468 Governo do DF para implementar ampla campanha de comunicação de massa para o uso
469 consciente da água. Lembrou que esta recomendação está em processo de execução pela
470 ADASA e CAESB, além do que o IBRAM, CAESB e ADASA realizam por meio da
471 educação ambiental. A próxima recomendação é para ampliar significativamente os esforços
472 em educação ambiental formal e informal com foco em gestão e economia de água, com
473 ampliação dos investimentos que hoje são incipientes nessa área. O responsável pela
474 execução é o GDF, contudo cabe à Secretaria de Educação e Mobilização Socioambiental da
475 SEMA complementar informações. A 19ª recomendação é para a implementação do sistema
476 integrado de dados e informações sobre água e meio ambiente, integrar Siturb, SisÁgua e
477 SisDia. Registrou que o SisDia não foi implementado ainda, o SisÁgua ainda está em
478 processo de proposição, e o único sistema de fato implementado é o Siturb. A 20ª
479 recomendação é garantir a integração efetiva dos instrumentos jurídicos de planejamento
480 territorial entre os quais destacamos o ZEE, como base para revisão e aprovação do PDOT,
481 LUOS, Lei de Permeabilidade, instrumentos de licenciamento. Lembrou que há também,
482 entre as recomendações do MPDFT para a necessidade de integração desses temas.
483 Informou que o GT também fez essa recomendação, e a proposta do ZEE ainda está em

484 processo de aprovação. Quando o ZEE entrar em vigor está integração deve também estar
485 em andamento. A próxima é para melhorar a articulação com o Governo Federal e Goiás
486 para garantir ações integradas para enfrentamento de crise hídrica, por exemplo, a
487 finalização das obras de Corumbá IV e o controle de outorgas e ocupação irregular do solo
488 na Bacia do Descoberto, parte que fica no Estado de Goiás, com a implementação do Parque
489 Estadual do Descoberto. Comunicou que na 26ª reunião extraordinária do CRH/DF,
490 realizada dia 08/02/2017, foi proposta reunião com as entidades no Estado de Goiás, e na 22ª
491 reunião ordinária do CRH realizada no dia 10/03, o presidente do CRH informou que a
492 reunião foi realizada em Goiânia, com o secretário da CESIMA e com a prefeitura de Águas
493 Lindas de Goiás. A recomendação 22 é para a criação do Núcleo Central do Governo
494 Distrital, um Comitê ou instância de alto nível para integração e coordenação de políticas de
495 ações de Governo para enfrentamento da crise hídrica, e que essa argumentação já foi
496 implementada, e o Comitê atua coordenado pela Casa Civil no qual foi construído o “Plano
497 Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica”. Finalizou com a recomendação 23, que é de
498 fazer avaliação responsável e consistente acerca de eficácia e efetividade do Sistema
499 Distrital de Gerenciamento de Recursos Hídricos para garantir a segurança hídrica no DF e
500 evitar que outras crises tão mais graves que a atual, se repitam, sobretudo, considerando os
501 cenários climáticos futuros. Explicou que em diversas reuniões do CRH, principalmente
502 com a escassez hídrica foi apontada a necessidade de discutir os papéis da cada ente do
503 Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e que existem lacunas e sobreposições que
504 a própria revisão do PGIRH pode ser uma oportunidade de visitar alguns desses temas,
505 porém, explanou que se trata de uma ação que ainda não foi direcionada de uma forma mais
506 objetiva. A servidora Maricleide Maia/Gerente de Colegiados/SEMA esclareceu que o
507 documento apresentado foi resultado de uma solicitação do Secretário de Meio Ambiente
508 para analisar dois documentos: um do MPDFT “Contribuições do MPDFT para o
509 enfrentamento da crise hídrica no Distrito Federal - Procedimento Administrativo - PA nº
510 08190.046097/16-87” e outro do CRH/DF “Relatório-síntese das plenárias do Conselho de
511 Recursos Hídricos do Distrito Federal”. Esclareceu que o documento do CRH que foi
512 analisado reunia 23 pontos que já foram, de alguma forma, mencionados neste Conselho. E
513 o documento do MPDFT trazia 64 contribuições para o enfrentamento da crise hídrica.
514 Neste sentido foi solicitado ao GT que se procedesse a análise no documento para verificar,
515 para cada recomendação no documento do MPDFT: a quem competia a execução do que foi
516 recomendado, naquelas de competência da SEMA, qual o *status* de execução e/ou razões
517 para não execução (se houver) e quem era o responsável pela execução na SEMA. No
518 documento do CRH foi avaliado: responsável pela execução de cada recomendação e o
519 *status* de execução. Para melhor orientar sobre o andamento e necessidade da atividade
520 orientada no documento o GT criou duas colunas no quadro resumo das atividades onde
521 continha: observações do GT e a pergunta se a partir da situação de escassez hídrica a
522 recomendação foi objeto de pauta no CRH/DF ou se apenas mencionada em reunião do
523 Conselho? Os resultados da análise constam no documento. Lembrou ainda que o
524 documento que trás as recomendações do CRH/DF, é um recorte temporal de outubro de
525 2016 até março de 2017 quando o documento foi consolidado. Lembrou que a ideia quando
526 este trabalho foi solicitado era de se ter um diagnóstico das pautas importantes de sobre a
527 crise hídrica e qual o *status* de execução destas e que a partir desse olhar minucioso o CRH

528 se aproprie deste documento para, a partir de então definir como estes temas, e outros que
529 surgirão em decorrência destes, serão tratados neste Conselho. O **presidente da reunião**
530 informou que o documento do GT será enviado aos Conselheiros e que servirá de base para
531 a avaliação do CRH e a partir da avaliação o Conselho construa uma pauta inicial ou anual
532 para as discussões. A Conselheira **Mônica/Fórum de ONGs** comunicou que o material é de
533 grande ajuda dentro do Conselho, e quanto à menção ao zoneamento, registrou que no
534 Fórum das ONGs não obtiveram uma resposta em relação ao que foi colocado na 2ª
535 Audiência Pública. Acrescentou que tem ciência que foi encaminhado à Casa Civil, porém,
536 não obtiveram retorno dos itens que consideram importantes, algo que consideram grave, no
537 sentido de que não há ciência de que todos os pontos apontados como importantes foram
538 incluídos na proposta que foi para a apreciação do legislativo. O **Presidente** da reunião se
539 comprometeu em verificar e, em breve, responder à Conselheira. O **Item 2a** foi retirado de
540 pauta. Não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pela participação e
541 encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os Conselheiros presentes
542 e, posteriormente, publicado seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

CARCIUS SANTOS
Secretário Adjunto da SEMA

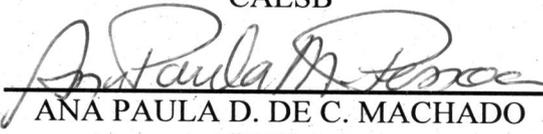

EDNA AIRES
SEGETH

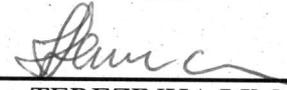

JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO SINESP

ALBA EVANGELISTA RAMOS
ADASA


MARIA DO CARMO M. CÉZAR
CAESB

CLÁUDIO CARVAHO GUEDES
CEB


ANA PAULA D. DE C. MACHADO
FIBRA


TEREZINHA LIMA
UNICA-DF

ROGER BENAC
FECOMERCIO

MARCOS H. F. MONTENEGRO
ABES

MÔNICA VERÍSSIMO
Fórum ONGs

FLÁVIA R. DA LUZ GUIMARÃES
Fórum ONGs

